



**REVISTA DO CAAP**  
*fundada em 1921*

**UM DIAGNÓSTICO CRÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE  
DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A INCLUSÃO  
E O ENDIVIDAMENTO (2005-2015)**

*Priscila Cupello<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Esta pesquisa vale-se dos referenciais teóricos e metodológicos do filósofo francês Michel Foucault (1923-1984), destacando a concepção de filosofia enquanto diagnóstico do presente a fim de realizar um diagnóstico crítico das políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior, entre os anos de 2005 a 2015, no Brasil. Na primeira parte do artigo, focaremos na análise das políticas públicas implementadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, destacando o PROUNI, REUNI e FIES. Na segunda seção, analisaremos o que denominamos de “fábrica dos estudantes endividados”, a partir das perspectivas de Maurizio Lazzarato (2017) para, enfim, apontarmos para a necessidade de se discutir a desfinanceirização das políticas educacionais e na urgência de conceber o acesso ao ensino superior como um direito e não como um produto.

**Palavras-chaves:** Ética; Política; Educação; Ensino Superior.

---

<sup>1</sup> Doutora em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora de pós-doutorado com Bolsa FAPERJ Nota 10. Processo SEI E-26/204.479/2021. E-mail:cupello.priscila@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2957-5428>

**A CRITICAL DIAGNOSIS OF PUBLIC POLICIES FOR THE DEMOCRATIZATION  
OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: BETWEEN INCLUSION AND DEBT (2005-  
2015)**

**ABSTRACT:** This research uses the theoretical and methodological references of the French philosopher Michel Foucault (1923-1984), highlighting the conception of philosophy as a diagnosis of the present in order to carry out a critical diagnosis of public policies for the democratization of access to higher education, among years from 2005 to 2015, in Brazil. In the first part of the article, we will focus on the analysis of public policies implemented by the Education Development Plan, highlighting PROUNI, REUNI and FIES. In the second section we will analyze what we call the “factory of indebted students”, from the perspectives of Maurizio Lazzarato (2017) and finally, we will point to the need to discuss the definancialization of educational policies and the urgency of designing access to higher education as a right and not as a product.

**Keywords:** Ethics; Politics; Education; Higher Education.

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa se vale dos referenciais teóricos e metodológicos do filósofo francês Michel Foucault (1923-1984), destacando a concepção de filosofia enquanto diagnóstico do presente. Tal concepção foi desenvolvida por ele na esteira do legado de Nietzsche, defendendo que a “filosofia tem por marca diagnosticar e não procura mais dizer uma verdade que possa valer para todos e por todas as épocas” (1994, p. 606). Sendo assim, é relevante salientar também que, para o filósofo, o “papel do intelectual” é “precisamente o de mostrar perpetuamente como o que parece evidente em nossa vida cotidiana é de fato arbitrário e frágil, e que podemos sempre nos revoltar” e pensar outros modos de vidas, recusando aquilo que somos para nos construir de outra forma (Foucault, 2019, p. 88).

Este trabalho diagnóstico foi realizado a partir da análise do *corpus* documental constituído por fontes heterogêneas, como dados quantitativos divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); Discursos jornalísticos; Fontes jurídicas (leis, Regulamentos, Portarias) e outros. No livro “A Arqueologia do saber”, Foucault afirma que uma “formação discursiva” é constituída por elementos heterogêneos, “alguns

constituem regras de construção formal; outros, hábitos retóricos; alguns definem a configuração interna de um texto; outros, os modos de relações e de interferência entre textos diferentes”, mas o que faz eles ganharem uma certa unidade é como esses diferentes elementos se relacionam entre si (Foucault, 1972, p. 65-74).

Esta pesquisa aceita o convite que insistentemente Foucault realizava ao seu público de leitores, no que consiste em utilizar o seu vocabulário conceitual para pensar novos objetos de pesquisas. Sendo assim, é importante problematizar as políticas públicas adotadas no Brasil para realizar a expansão do acesso ao Ensino Superior. Valendo-se da perspectiva do diagnóstico foucaultiano, realizaremos uma análise crítica sobre as políticas públicas de acesso ao Ensino Superior intensificadas nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), que, por um lado, promoveram maior acesso de jovens ao ensino superior, e, por outro, intensificaram o endividamento discente. No artigo intitulado ““Sem salas de aulas, sem professores”: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010- 2020)” examinamos com essa esta expansão afetou o trabalho dos profissionais da educação, gerando redução de postos formais de emprego e sua consequente precarização (Cupello, 2019).

Na primeira parte deste trabalho, analisaremos as políticas públicas adotadas para intensificar o acesso ao ensino superior no Brasil. Na segunda seção, analisaremos o que denominamos de “fábrica dos estudantes endividados”, a partir das perspectivas de Maurizio Lazzarato (2017). Almejamos com este trabalho apontar para a necessidade de se discutir a desfinanceirização das políticas de acesso ao Ensino Superior e na urgência de conceber este ensino como um direito e não como um produto.

## **1. ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

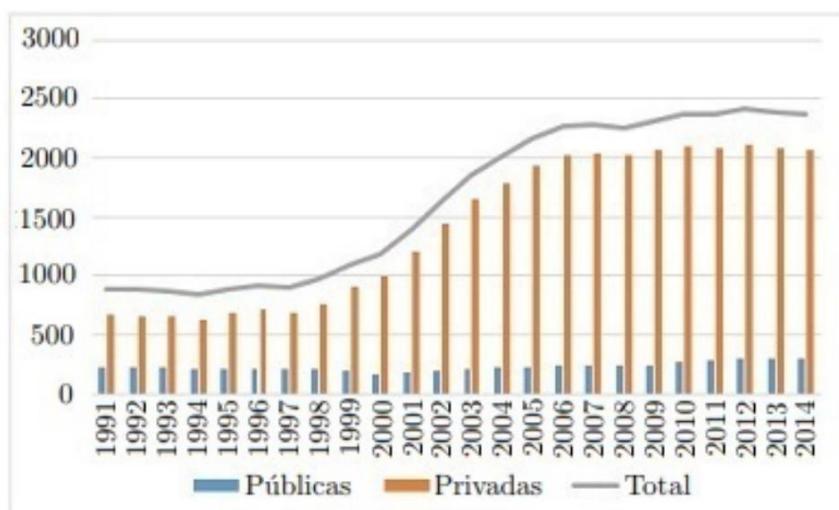
As políticas de expansão do ensino superior contaram com três braços importantes. O primeiro foi o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pela Lei nº 11.096/2005, com a finalidade de concessão de bolsas de estudos integrais e parciais para a primeira graduação de estudantes em instituições privadas de ensino superior, que, em contrapartida, ficavam isentas de vários impostos. De acordo com Bressan:

A adesão ao PROUNI as tornava isentas do ‘Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas’ (IRPJ), da ‘Contribuição Social sobre o Lucro Líquido’ (CSLL), da ‘Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social’ (COFINS) e da ‘Contribuição para o Programa de Integração Social’ (PIS). Assim, as instituições são compensadas pelas bolsas ofertadas através de benefícios tributários. Em outras palavras, essa forma de ‘compra’ de vagas nas IES privadas implica uma renúncia fiscal, acarretando em um ônus financeiro para o Estado. Esse subsídio, em última instância, resulta em perda de capacidade fiscal e redução do montante disponível para utilização em educação pública (Bressan, 2020, p. 162).

Em 2016, as renúncias fiscais já alcançavam as cifras de 1,27 bilhão de reais (Prouni, 2022). É importante destacar que, ao escolher realizar a expansão do Ensino Superior por meio de políticas como o ProUni, o Governo promoveu uma renúncia fiscal enorme para as empresas do setor privado de ensino e deixou de arrecadar bilhões em impostos que poderiam ser usados para promover a expansão da universidade pública e gratuita.

A única política de expansão do ensino público foi realizada por meio do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que possibilitou a construção de 181 novos *campi* universitários e 18 universidades federais (Universidades, 2022). O Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No entanto, podemos perceber que a expansão da malha pública de ensino ficou muito limitada quando a comparamos com a expansão e crescimento da iniciativa privada. Conforme gráfico abaixo:

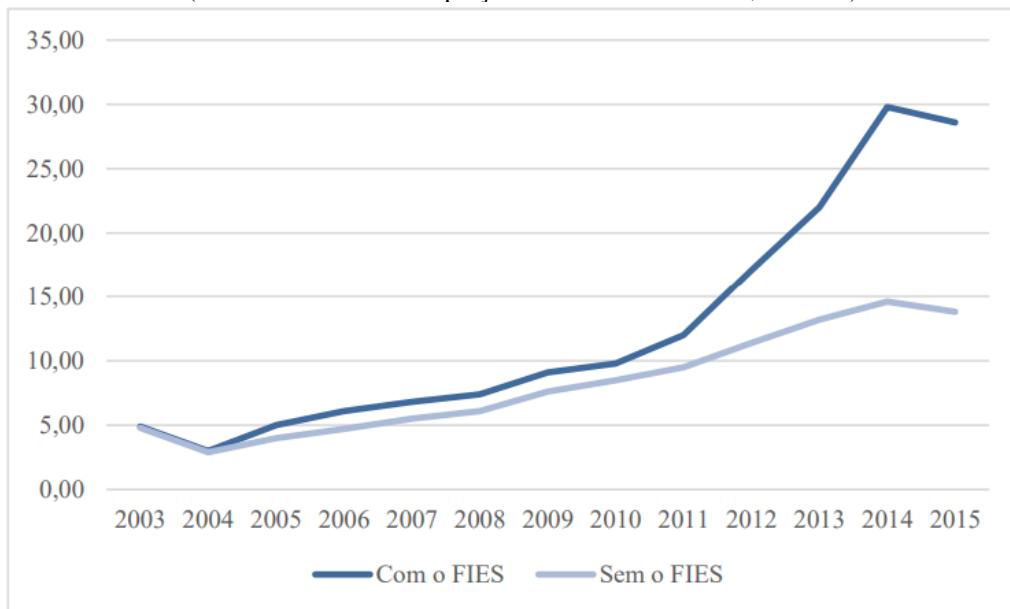
Gráfico 1 – Expansão das Instituições de Ensino superior no Brasil



Fonte: (Daier, 2018, p. 23).

E, por fim, houve a intensificação da implementação do FIES, um Fundo de Financiamento Estudantil criado em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. O programa foi expandido em 2010, no governo Lula, com a redução da taxa de juros para 3,4% ao ano. Além disso, ampliaram-se o período de carência para 18 meses e o prazo de amortização para “três vezes o tempo de duração regular do curso, acrescido de 12 meses” (Brasil, 2022a). Além disso, foi possível que os estudantes pedissem financiamento em qualquer período do ano. Sendo assim, “o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa para contratos formalizados a partir de 2010” (Brasil, 2022a). A partir de 2010, o investimento público com o FIES foi muito mais acentuado que nos anos anteriores, além de se tornar preponderante quando comparado aos investimentos em educação sem o FIES, conforme é possível de se verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Gasto Federal com Educação Superior  
(em bilhões de reais e a preços de dezembro de 2015, IGP- DI)



Fonte: (Bressan, 2018, p. 89).

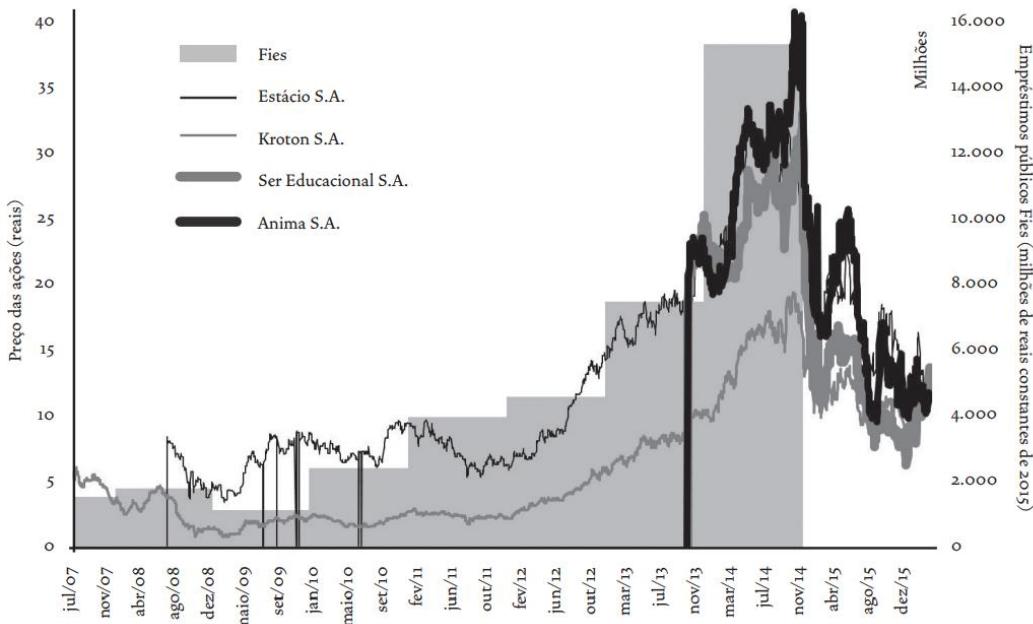
Ao analisar o gráfico acima, podemos perceber que grande parte do dinheiro do orçamento da educação foi direcionado para o FIES. Assim, podemos concebê-lo com o maior braço adotado pelas políticas de expansão do Ensino Superior no Brasil, principalmente a partir de 2010. Com isso, notamos também a diminuição do dinheiro orçamentário destinado à

universidade pública. Como consequência, intensifica-se o sucateamento da educação pública, dificultando a manutenção de prédios, bem como a contratação de novos professores.

Um fato que precisa ser destacado é que, em 2007, muitos grupos educacionais privados “começaram a abrir ações na Bolsa de Valores” (Antunes, 2018),<sup>2</sup> dando início a um fenômeno muito importante chamado de “financeirização da educação”. A socióloga norte-americana e professora da Universidade de Michigan nos EUA, Greta Krippner, define a financeirização como “a tendência de o lucro ser produzido na economia cada vez mais através dos canais financeiros, em detrimento das atividades produtivas” (Krippner, 2012, p. 4).

Sendo assim, a entrada de aportes públicos advindos do FIES foi um indicativo para os investidores de que as empresas educacionais tinham potencial de crescimento e geração de lucros, já que o Estado estaria assumindo os riscos da inadimplência dos alunos e assegurando o pagamento das mensalidades. Esta injeção do dinheiro público propiciou a valorização das ações, bem como o aumento do lucro líquido das empresas privadas de educação. Nos gráficos abaixo, podemos verificar a curva ascendente no lucro das empresas educacionais entre os anos de 2010 e 2015, que ocorreram de forma concomitante a progressão de empréstimos do FIES.

Gráfico 3 – Preço das ações de universidades privadas na Bolsa de Valores e progressão de empréstimos do FIES (2007-2015)



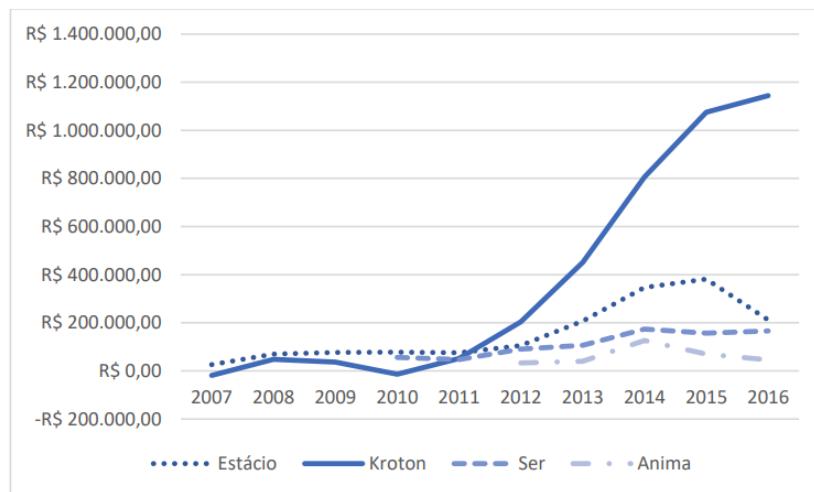
<sup>2</sup> No Brasil há diferentes tipos de instituições educacionais privadas. Destacam-se as filantrópicas, geralmente vinculadas a entidades religiosas e empresas de capital fechado e aberto. Neste trabalho, analisaremos apenas as empresas que abriram seu capital na Bolsa de Valores.

UM DIAGNÓSTICO CRÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A INCLUSÃO E O ENDIVIDAMENTO (2005-2015)

*Priscila Cupello*

Fonte: (Lavinas; Gentil, 2018, p. 201).

Gráfico 4 – Lucro líquido de empresas selecionadas (a preços de dezembro de 2019, IPCA) (2007-2016)



(Bressan, 2018, p. 123).

Em 2015, observa-se nos gráficos uma redução nos lucros e na valorização das ações das empresas educacionais. Essa queda ocorreu devido à alteração nas regras do FIES pelo Governo Federal, que elevou a taxa de juros de 3,4% para 6,5%, buscando garantir a viabilidade do Programa diante de um cenário de altas taxas de inadimplência (Brasil, 2022a). Ou seja, apenas cinco anos após a sua implementação mais efetiva pelo governo Lula, o FIES já mostrava os seus prejuízos aos cofres públicos, pois os alunos depois de formados não conseguiam arcar com o pagamento do financiamento, tornando-se inadimplente. Podemos perceber também que quem assumiu todo o risco do negócio foi o Estado, pois ele arcava com o risco do não pagamento do financiamento realizado pelo aluno para cursar o Ensino Superior. Portanto, comprehende-se que o FIES era um ótimo negócio para os empresários da educação e seus acionistas e nem tanto para o Estado e os estudantes, que terminavam o curso endividados.

A abertura do capital das empresas de educação na Bolsa de Valores permitiu a entrada, principalmente, de capital estrangeiro, que é um tipo de investimento altamente volátil, pois está interessado apenas em lucro advindos ou da valorização das ações ou da geração de dividendo. O Brasil é especialmente um mercado bastante lucrativo para o investimento especulativo por não haver tributação sobre dividendos. Conforme podemos ver abaixo:

**UM DIAGNÓSTICO CRÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A INCLUSÃO E O ENDIVIDAMENTO (2005-2015)**  
*Priscila Cupello*

Tabela 1 – Emissão de ações (2006-2016)

TABELA I

Adquirentes/Empresa (Nº de ações)	Diagnóstico da América	Emissão de ações – 2006-2016 Distribuição % por tipo de adquirente						
		2006			2007		2009	
		Total	Anhanguera Educacional	Amil	Kroton Educacional	Total	Anhanguera Educacional	Fleury
Pessoas físicas	n.d.	5,0	8,4	3,6	8,3	8,1	7,9	8,2
Clubes de investimento	n.d.	0,4	0,8	0,2	0,9	0,6	0,7	0,5
Fundos de investimento	n.d.	15,1	14,9	14,9	17,8	13,6	11,1	15,6
Fundos de previdência privada	n.d.	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0
Cias. seguradoras	n.d.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investidores estrangeiros	n.d.	78,5	75,2	80,5	70,2	77,0	79,0	75,3
Instituições financeiras (1)	n.d.	0,8	0,3	0,8	2,4	0,3	0,6	0,0
Pessoas jur. não financeiras (2)	n.d.	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3
Outros	n.d.	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Recompra pela cia. emissora	n.d.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total: nº de ações	n.d.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total: R\$ mil	1.158.427	2.391.799	51.325	1.400.700	478.774	1.380.608	750.375	630.233

Emissão de ações – 2006-2016  
Distribuição % por tipo de adquirente

Adquirentes/Empresa (Nº de ações)	Anhanguera Educacional	Kroton Educacional	2013			2016 C. Imagem Diagnóstico
			Total	GAEC Educação	SER Educacional	
Pessoas físicas	8,2	8,0	5,0	8,3	2,6	10,5
Clubes de investimento	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,1
Fundos de investimento	15,9	19,6	37,8	40,0	36,2	41,4
Fundos de previdência privada	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,3
Cias. seguradoras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Investidores estrangeiros	75,1	71,8	55,1	50,9	58,3	60,3
Instituições financeiras (1)	0,0	0,1	1,6	0,0	2,8	0,3
Pessoas jur. não financeiras (2)	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,6
Outros	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,1
Recompra pela cia. emissora	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-13,7
Total: nº de ações	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total: R\$ mil	844.100	395.230	1.123.485	504.057	619.428	674.198

Fonte: (Lavinas; Gentil, 2018, p. 203).

Nota-se também a predominância do investimento estrangeiro, que é responsável por quase 80% das ações tanto do setor educacional quanto no setor de saúde. O capital estrangeiro é aportado nessas empresas com o intuito de lucro em curto ou médio prazo. Por isso, a qualquer sinal de risco no potencial de lucro objetivado o investimento é retirado. A economista brasileira e professora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Leda Maria Paulani, destaca que:

Todo o arcabouço institucional que emoldura hoje o funcionamento do capitalismo brasileiro foi construído a partir do princípio maior de atender com presteza e precisão os interesses da riqueza financeira, em particular dos credores e investidores externos. Esse traço permanece praticamente intocado ao longo dos governos de FHC e de Lula/Dilma, a despeito das diferenças que os separam (Paulani, 2017, p. 30).

De acordo com a professora Leda Maria Paulani, vivemos a era da “Subordinação Financeira” ou “Servidão Financeira”, em que os interesses dos fundos de investimentos privados, principalmente estrangeiros, sobrepõem-se aos interesses nacionais. Sobre o contexto das políticas neoliberais, o sociólogo francês, Christian Laval (2020), destaca que a política social adotada pelo Estado não é mais a de prover bens e serviços públicos e gratuitos, mas de regular o funcionamento do mercado para que os bens e serviços possam ser consumidos pelos diferentes setores da sociedade, seja com o aumento do crédito ou com a precarização do serviço. Segundo ele, “trata-se de uma política social, mas feita para e não contra o mercado, isto é, ordenada para seu bom funcionamento” (Laval, 2020, p. 121). Isto é, para o sucesso da alta das bolsas, é preciso que haja o achatamento salarial, precarização das condições de trabalho, desemprego, privatizações, endividamento da população etc.

## 2. A FÁBRICA DOS ESTUDANTES ENDIVIDADOS

Maurizio Lazzarato (2017), no livro intitulado “O governo do homem endividado”, identifica que o pilar das políticas econômicas neoliberais reside nas privatizações de bens e serviços públicos e na concomitante facilitação do acesso individual ao crédito. Para o autor, não é mais a relação capital/trabalho que está no centro da vida econômica, social e política, mas a relação credor/devedor. A guinada neoliberal significa uma subordinação da soberania política dos Estados ao imperativo do mercado e das finanças.

Analizando o caso do endividamento dos estudantes norte-americanos, Lazzarato destaca que “dois terços dos diplomados saem endividados da Universidade. O número de pessoas que se endividaram para terminar seus estudos corresponde hoje a 37 milhões” (Lazzarato, 2017, p. 62). Sendo assim, o endividamento de estudantes americanos manifesta de maneira exemplar “a estratégia neoliberal aplicada desde os anos 1970: a substituição de direitos sociais (direito à formação, saúde, à aposentadoria etc.) pelo acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas” (Lazzarato, 2017, p. 63). Para termos noção desta dívida,

No dia 31 de março de 2012, o total das somas que, emprestadas para financiar os estudos, esperavam para ser reembolsadas equivalia a 904 bilhões de dólares (...) Essa cifra corresponde a aproximadamente a mais da metade da dívida pública da Itália e da dívida pública da França. Para uma dívida menos importante, a União Europeia e o FMI não hesitaram em despedaçar a Grécia (Lazzarato, 2017, p. 62).

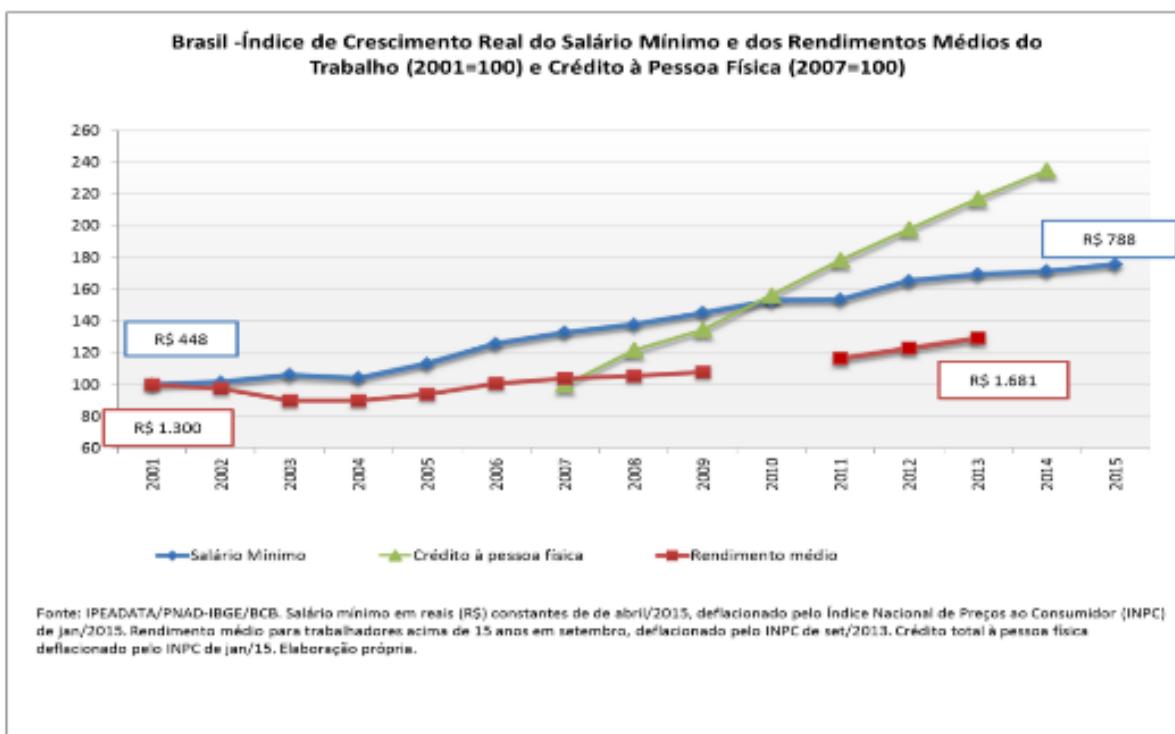
Maurizio Lazzarato avança a hipótese de que o modelo de subjetividade do capitalismo financeiro é o homem endividado. Segundo Lazzarato:

A dívida é a técnica mais adequada para a produção do *homo economicus* neoliberal. Os estudantes não apenas se consideram ele mesmo um capital humano, que ele deve valorizar pelos próprios investimentos (os créditos que ele contrai para estudar), mas ele se sente obrigado, além disso, a agir, pensar e se comportar como se ele fosse uma empresa individual (Lazzarato, 2017, p. 67).

Por um lado, as universidades privadas oferecem o diploma como um produto. Por outro, as instituições financeiras disponibilizam créditos infinitos. Essas práticas criam conjuntamente um mercado não regulado, que intensifica o endividamento em massa dos estudantes. Na lógica subjetivada do capital humano, os estudantes precisam se diferenciar no mercado de trabalho por meio de sua qualificação. Consequentemente, o endividamento é tratado como algo natural e inevitável nesse processo. Podemos notar a explosão do crédito para pessoas físicas a partir do ano de 2007, que corresponde ao mesmo ano de abertura do capital na bolsa das empresas de educação.

UM DIAGNÓSTICO CRÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A INCLUSÃO E O ENDIVIDAMENTO (2005-2015)  
*Priscila Cupello*

Gráfico 5 – Índice de crescimento real do salário mínimo e dos rendimentos médios do trabalho e crédito à Pessoa Física



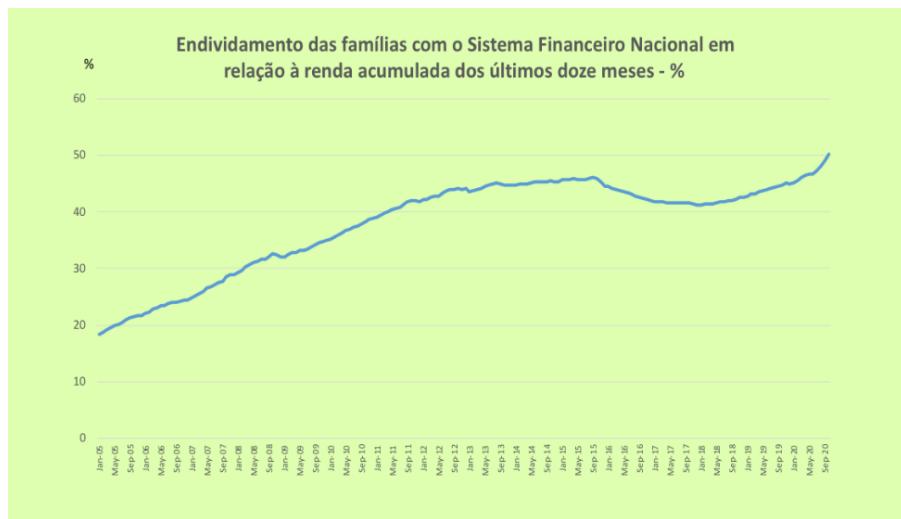
Fonte: (Lavinas, 2015, p. 8).

No contexto da criação do “homem endividado” como um projeto de Estado (Lazzarato, 2017; Cupello e Morato, 2024), observa-se a intensificação do endividamento das famílias brasileiras. Este endividamento atingiu o recorde em 2022, contando com 79,3% famílias endividadas e de 30% de famílias inadimplentes (Brasil, 2022b). Destaca-se a progressão do endividamento no gráfico abaixo:

UM DIAGNÓSTICO CRÍTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ENTRE A INCLUSÃO E O ENDIVIDAMENTO (2005-2015)

Priscila Cupello

Gráfico 6 – Endividamento das famílias brasileiras (2005-2020)



Fonte: (Lavinhas, 2021).

O endividamento das famílias brasileiras tem aumentado, em grande parte, devido à intensificação das políticas neoliberais, que priorizam a privatização dos serviços públicos em detrimento de sua concepção como direitos de acesso gratuito. Além disso, o crescimento no acesso ao crédito foi acompanhado por reajustes pouco significativos do salário mínimo, o que dificulta o pagamento das contas pelas famílias. Essa situação as obriga a recorrer a empréstimos, perpetuando um ciclo de renegociações de dívidas sem fim.

Segundo Deleuze e Guatarri, (2010, p. 262), a dívida infinita constitui a própria existência do cidadão, tal como a dívida dos Estados. Essa naturalização da condição do endividamento vai se tornando uma forma de se viver. Para Lazzarato, “a dívida do capitalismo contemporâneo é impagável, não reembolsável e infinita” (2017, p. 84). É uma dívida de vida, não apenas financeira. Já que “a dívida não é jamais (e não deve ser jamais) honrada, pois o crédito não é concedido para ser reembolsado, mas para estar em variação contínua” (Lazzarato, 2017, p. 84). É importante destacar que o projeto de precarização e endividamento da população faz lucrar grande grupos empresariais e seus acionistas, principalmente, os estrangeiros, além das instituições bancárias e financeiras que lucram com os empréstimos e financiamentos.

Além disso, no caso do Brasil, o salário mínimo está bastante defasado, não sendo capaz de suprir todos os gastos familiares, o que é agravado pela *tecnoprecarização* (Cupello e Morato, 2024). Sendo assim, ao final deste processo, temos a criação do sujeito endividado e a naturalização do endividamento como a única forma possível de sua existência. A dimensão de

direitos sociais, de luta popular coletiva ou até mesmo de sociedade, vai se esvaziando na lógica das políticas neoliberais da culpabilidade individual pelo sucesso ou do fracasso de cada indivíduo. De acordo com a Professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lena Lavinas:

Os brasileiros estão fortemente endividados e em grande número, talvez não esteja faltando crédito, mas políticas sociais e salário que respondam às suas necessidades e garantam seu bem-estar. Achar que é dando crédito às massas que se vai relançar a demanda e a recuperação da indústria manufatureira, é se recusar a atentar para a financeirização da economia brasileira, tão precoce quanto sua desindustrialização e reprimarização (Lavinas, 2021).

A implementação de uma política da expansão do ensino superior focada no financiamento público da dívida dos alunos fez com o que o Estado assumisse o risco na inadimplência. Dessa forma, “Calcula-se que o valor das dívidas em atraso atinja R\$ 6,6 bilhões. Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), há mais de 1 milhão de estudantes com atrasos superiores a 90 dias no Fies” (Senado, 2022).

Em números absolutos, São Paulo, estado mais populoso do país, concentra a maior parcela de devedores: 269,2 mil. Em seguida, aparecem Minas Gerais (90 mil), Bahia (72 mil) e Rio de Janeiro (67,2 mil). Na outra ponta, estão estados pouco populosos do Norte do país: Roraima (3,3 mil), Acre (7,3 mil) e Amapá (9,7 mil) (Salles, 2021).

Portanto, nosso diagnóstico crítico sobre as políticas públicas de democratização do ensino superior adotadas no Brasil é que elas se basearam na substituição do ensino superior público e gratuito pelo acesso ao crédito, quer dizer, pelo direito de contrair dívidas para poder cursar uma universidade. Além disso, se, por um lado, o neoliberalismo está gerando uma massa de indivíduos endividados, por outro, há a intensificação do lucro cada vez mais concentrado nas mãos das empresas privadas e de seus acionistas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, o PROUNI e FIES foram majoritariamente os dois grandes programas responsáveis pela democratização do ensino superior no Brasil, realizada principalmente pelas instituições privadas de ensino. A política educacional implementada no Brasil foi focada principalmente na oferta da educação não como um direito gratuito de acesso a todos, mas como

um serviço que é consumido a partir das políticas de financiamento da educação. Não negamos que as políticas públicas implementadas nos governos do PT proporcionaram o aumento de alunos no ensino superior, o que é um ponto bastante positivo, todavia ao custo do endividamento discente e de bilhões em renúncias fiscais, já que a expansão do Ensino Superior foi realizada majoritariamente pela iniciativa privada.

De acordo com a economista Leda Paulani, vivemos um esgotamento e crise “de um modelo rentista e financeirizado, que já causou muitos prejuízos ao Brasil e aos brasileiros, em particular aos de mais baixa renda” (Paulani, 2017, p. 34), sendo preciso realizar a desfinanceirização das políticas sociais como uma saída da condição de “subordinação financeira”. Em outras palavras, para reverter a lógica da “servidão financeira” é preciso parar de conceber as políticas sociais como um serviço, mas trata-las como direitos fundamentais garantidos pelas cláusulas pétreas da Constituição Federal. Defendemos que é importante promover o debate acerca das políticas públicas de democratização ao Ensino Superior, a fim de apontarmos para a necessidade de se discutir a desfinanceirização das políticas sociais e na urgência de conceber o acesso ao ensino superior como um direito e não como um produto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL atinge recordes de 79,3% de famílias endividadas e 30% de inadimplentes. **InfoMoney**, 10 out. 2022. 2022b. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/brasil-atinge-recordes-de-793-de-familias-endividadas-e-30-de-inadimplentes/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da educação superior - 2019**. Brasília: MEC/Inep, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. O que é Fies? **Portal MEC**. 2022a. Disponível em: <https://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 13 nov. 2022.

PROUNI deve custar R\$ 1,27 bilhão em 2016, maior valor desde sua criação. **G1**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/prouni-deve-custar-r-127-bilhao-em-2016-maior-valor-desde-sua-criacao.html>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SENADO aprova MP que reduz em até 99% dívidas do Fies. **Agência Senado**, 24 maio 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/24/senado-aprova-mp-que-reduz-em-ate-99-dividas-do-fies>. Acesso em: 11 nov. 2022.

UNIVERSIDADES por todo o país: Lula levou a educação Brasil adentro. **Lula**, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/universidades-por-todo-o-pais-lula-levou-a-educacao-brasil-adentro/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ANTUNES, André. Kroton Educacional: “Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse”. **Instituto Humanitas UNISINOS**, 30 abr. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578444-kroton-educacional--em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-um-inimigo-com-uma-forca-social-tao--concentrada-como-esse>. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRESSAN, Lucas. **Financeirização na Educação Superior Privada Brasileira: Permanência por Endividamento, Expansão por Benefício Público**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, SP, 2018.

BRESSAN, Lucas. Financeirização na Educação Superior Privada: uma análise do fenômeno nos governos Lula e Dilma. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 56, maio/ago., 2020.

CARVALHO, Maylla Soares de; SOARES NETO, Horígenes Fontes; PINHEIRO, Lessi Inês Farias. Financeirização da educação superior no brasil: inadimplência e programas educacionais nos anos 2000. **Trabalho & Educação**, v. 29, n. 2, p. 105-120, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/20227>. Acesso em: 17 nov. 2022.

CARVALHAES, Flávio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo social**, v. 31, p. 195-233, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CASILLI, Antonio. **En attendant les robots**: enquête sur le travail du clic. Paris: Seuil, 2019.

CUPELLO, Priscila Céspede. Sem salas de aulas, sem professores: a governamentalidade neoliberal e a precarização do trabalho docente no ensino superior brasileiro (2010-2020). **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 38, p. 1–28, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/68404>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CUPELLO, Priscila Céspede; ANDRADE, Otávio Morato de. A governamentalidade neoliberal e a tecnoprecarização do empreendedor de si mesmo. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, 35(2). Disponível em: <https://doi.org/10.31423/oikos.v35i2.18617>. Acesso em: 20 jan. 2025.

DAIER, Vitória Brandão. **O Prouni e a Evasão de Estudantes do Ensino Superior na Atual Crise Brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia. 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo:** capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Lisboa: Vozes, 1972.

GIUDICI, Thiago Drummond de Mendonça. **Análise da desigualdade horizontal no ensino superior brasileiro.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia 2018.

HONORATO, Gabriela; ZUCCARELLI, Carolina; VIEIRA, André. Estratificação horizontal nas licenciaturas das instituições federais brasileiras. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 29, jan./abr., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v14i29.21995>. Acesso em: 20 nov. 2022.

KRIPPNER, Greta. **Capitalizing on Crisis:** The Political Origins of the Rise of Finance. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 191-211, 2018.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. **Politika**, v. 2, p. 35-51, 2015.

LAVINAS, Lena. Trocando poréns com um petista que já me representou. **Revista Rosa**, n. 1, v. 3, São Paulo, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/trocando-porens-com-um-petista-que-ja-me-representou>. Acesso em: 13 nov. 2022.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado.** São Paulo: N-1 Edições, 2017.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor:** desmascarando o mito do setor público vs setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

PAULANI, Leda Maria. Não há saída sem a reversão da financeirização. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 29-35, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pqydpk3mqyq3bycvntqpyvd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 jan. 2025.

RONCAGLIA, André; GALA, Paulo. O desenvolvimento econômico depende de maior complexidade econômica e não somente maior escolarização. In: FERNANDES, André Galhardo; LACERDA, Franklin (Org.). **O salto do sapo:** a difícil corrida brasileira rumo ao desenvolvimento econômico. Akademy editora, Taubaté, 2021, p. 41-61.

SALLES, Stéfano. Dívida de estudantes inadimplentes com o Fies soma R\$ 6,7 bilhões. **CNN Brasil**, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/divida-de-estudantes-inadimplentes-com-o-fies-soma-r-67-bilhoes/>. Acesso em: 20 jan. 2025.